

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2004. (Dos Srs. Edson Duarte e César Medeiros)

Solicita que sejam convidados, o representante do Ministério das Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), da Associação das Empresas Geradoras de Energia, e pesquisadores da área, para comparecerem a esta comissão e prestarem esclarecimentos sobre a política de construção de barragens e o tratamento devido aos que são atingidos por estas obras.

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requeremos à Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, que sejam convidados, o representante do Ministério das Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), da Associação das Empresas Geradoras de Energia, e pesquisadores da área, para comparecerem a esta comissão e prestarem esclarecimentos sobre a política de construção de barragens e o tratamento devido aos que são atingidos por estas obras.

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos anos o Brasil implantou uma matriz energética baseada no aproveitamento de seu extraordinário potencial fluvial. Dezenas de hidrelétricas de grande porte foram construídas gerando energia que garantiu o seu crescimento industrial.

No entanto, a parte deste avanço no setor industrial, comunidades ribeirinhas, e às vezes até distante dos veios d'água, foram tratadas com imenso desprezo. Adotou-se um processo radical de construção das usinas onde a população atingida raramente foi motivo de um tratamento digno, com o mínimo de respeito devido a toda gente.

Como resultado, milhares de pessoas foram expulsas de suas casas, na cidade e no campo, pela enchente provocada, muitas vezes estatal. Foram expulsas e o que lhes era devido como indenização não foi pago, ou pago de uma forma mesquinha, sem considerar o que representa para uma família deixar sua terra, sua casa, suas raízes, para se instalar em um lugar absolutamente estranho, e aí refazer sua vida.

Estima-se que 300 mil famílias, algo em torno de 1 milhão de pessoas, foram atingidas com a construção de barragens. Em alguns casos, as famílias nada receberam, em outros casos, famílias foram enganadas e até hoje lutam para obter o que lhes é devido. Há também casos de projetos que iniciaram sua implantação mas logo depois pararam. E há, claro, casos de projetos concluídos – mas estes são raros.

Nesta audiência queremos saber qual a proposta do Governo para o setor elétrico e se ela incorpora a problemática dos atingidos pelas barragens. O Governo está preparado para lidar com os novos projetos e os novos atingidos pelas barragens? Como as empresas privatizadas dizem que o problema dos atingidos é do Governo e não deles, a quem cabe a solução? Quem se responsabiliza pela situação dos antigos projetos e os atingidos?

Diante do exposto, consideramos importante fazer o debate sobre o tema. Para tanto, conclamamos nossos pares a aprovarem esta proposta.

Sala da Comissão, em

abril de 2004

EDSON DUARTE
Deputado PV-BA

CÉSAR MEDEIROS
Deputado PT-MG